



## RELATÓRIO DE DIRETORIA

Senhores acionistas e autoridades, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. Os relatórios e quadros constantes das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2016, da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO**, de acordo com a Legislação Societária. Fazemos isso com o objetivo não apenas de cumprir as determinações legais e estatutárias, mas também de prestar maiores informações sobre o desenvolvimento da companhia.

Goiânia, 19 de abril de 2017.

JULIO CEZAR VAZ DE MELO  
Presidente

IZELMAN OLIVEIRA DA SILVA  
DOS SANTOS

Diretor Técnico  
Diretor Administrativo

RAUL JOTA

**Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, CNPJ – 01.285.170/0001-22, realizada no dia 20/04/2017. NIRE 5230000062-9.**

Aos 20 (vinte) dias do mês de abril do ano de 2017 (dezesete), às 10:00 (dez) horas, na Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, localizada na Avenida 85 nº 1593, Quadra 231, Lotes 17/18, Sala 205, Esquina com Alameda Ricardo Paranhos – Setor Marista – Goiânia- CEP-74.160.010, nesta Capital, atendendo a convocação do Sr. Presidente, feita na forma legal, reuniu-se o Conselho Fiscal, para apreciar e deliberar sobre a matéria constante da pauta. Face a ausência do Senhor Presidente do Conselho, Sr. Luiz Antônio Faustino Maronezi, assumiu a Presidência da mesa o Membro Sr. Luiz César Kimura, não havendo qualquer manifestação contrária a presente indicação. Compareceram também os Membros do Conselho Fiscal da CODEGO, os Senhores Charlle Antônio Gomes e Rogério Tavares Félix de Sousa. Iniciando a reunião o Sr. Presidente convidou a mim, Leonardo Odair Sanches Borges, para secretariar os trabalhos. Em seguida, após a verificação da existência de quorum mínimo exigido, foi feita a leitura da pauta da Convocação da Reunião, na qual consta o seguinte: Ordem do Dia: **a)** – Examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar. Com relação à alínea “a” constante da pauta da Reunião, os membros do Conselho Fiscal tendo examinado o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, constataram a correção de todos esses documentos, observadas apenas as ressalvas apresentadas pela BRAVO’S Auditores Independentes SS, CRC – GO 1818/O-8 - Marcelo Alejandro Galindo Bravo Contador CRC-GO 015750/O-4-CNAI 3856, nos termos do Relatório dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Financeiras, parte integrante desta ata, não havendo qualquer impedimento legal para aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. Nada mais havendo

a tratar, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém manifestou o desejo de usá-la, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente reunião, do que, para constar, lavra-se a presente Ata que, uma vez lida, achada conforme e aprovada vai assinada pelo Presidente e Membros do Conselho Fiscal e por mim, Leonardo Odair Sanches Borges, Secretário designado, que a lavrei e subscrevo. Goiânia, 20 de Abril de 2017. Ass. Membros do Conselho Fiscal, Luiz César Kimura, Charlle Antônio Gomes e Rogério Tavares Félix de Sousa e Secretário Leonardo Odair Sanches Borges.

Luiz César Kimura  
PRESIDENTE DA MESA (em substituição) e MEMBRO  
DO CONSELHO FISCAL

Charlle Antônio Gomes  
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL  
Rogério Tavares Félix de Sousa  
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL  
Leonardo Odair Sanches Borges

SECRETÁRIO AD-HOC

O presente traslado é cópia fiel do texto transcrito no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO.

Goiânia – GO, 12 de Abril de 2017.

Aos Sócios da

**Bravo’s Auditores Independentes S/S**

A/C: Marcelo Bravo

**Carta de Responsabilidade da Administração da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO, referente às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2016.**

Prezados Senhores,

Vimos, por meio desta, apresentar a carta de Responsabilidade da Administração desta Companhia, em um ato de cumprimento das normas de auditoria independente aplicadas no Brasil, conforme NBCT 11. Reconhecemos que a apresentação desta será importante para obtenção de evidências suficientes para fundamentar sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis emitidas pelo Departamento de Contabilidade desta Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Informamos ainda que as informações apresentadas através do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do exercício, da Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixas retratam, em todos os aspectos a posição patrimonial e financeira apuradas em 31 de dezembro de 2016.

Para fins de identificação, as Demonstrações Financeiras analisadas pelos Senhores apresentam os seguintes valores básicos:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Total do Ativo	169.019.066	103.118.288
Total das Exigibilidades	29.098.317	28.066.294
Patrimônio Líquido	139.920.749	75.051.994
Resultado do período	-3.396.371	-5.713.168

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com exceção do ativo imobilizado mantido ao custo, com taxas de depreciação de acordo com os critérios fiscais e estoques, onde não há conciliação com documentação produzida pela área responsável.

Com base em nossos conhecimentos e opinião, como prepostos da CODEGO, confirmamos as seguintes informações aos Senhores durante o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício operacional encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Na qualidade de prepostos da CODEGO, estamos cientes de nossa responsabilidade sobre o conjunto das Demonstrações Financeiras e das notas explicativas apresentadas para a análise dos Senhores.

Assim, na preparação do referido conjunto, atentamos para o fato de que deve apresentar, adequadamente, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa e todas as divulgações necessárias, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de maneira uniforme e em cumprimento à legislação pertinente.

Além disso, colocamos à disposição dos Senhores todos os arquivos magnéticos contábeis e financeiros, bem como atas de reuniões dos Conselhos Fiscais, de Administração e Assembleias.

#### **Confirmamos ainda que:**

As Demonstrações Financeiras e notas explicativas registram as bases de avaliações dos ativos e ajustes

destas avaliações mediante provisões adequadas, quando necessárias, para refletir os valores de realização ou outros valores previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Efetuamos análise das contas a receber remanescentes, e quando houve indicadores que sinalizassem a necessidade de se constituir novas estimativas para perdas com créditos de liquidação duvidosa, os valores foram devidamente registrados.

Em 2016, assim como em exercícios anteriores a companhia não promoveu a conciliação do saldo de estoques de terrenos mantidos para venda controlados pela área responsável, com as informações contábeis apresentadas.

Em 2016, assim como em exercícios anteriores a companhia não revisou a vida útil dos ativos imobilizados, bem como deixou de fazer o teste de recuperabilidade, como previstos pelas práticas contábeis brasileiras.

Existe na Companhia uma política de acompanhamento e/ou levantamento da necessidade ou não de pagamento do IPTU/ITU dos distritos, visto que cada município pode ter uma política de isenção temporária ou permanente, dos tributos, para implantação de parques industriais.

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2016 a correção do saldo a receber do cliente Porto Seco Centro Oeste S/A, contabilizando o montante de R\$ 37.977,96 relativo à variação monetária, com contrapartida em receitas financeiras.

Todas as licenças de outorga para captação de água em mananciais estão em vigor.

As receitas com venda de terrenos são reconhecidas no momento da assinatura da escritura pública onde é de fato consumada a transferência da posse para a empresa adquirente.

Não dispõe de conhecimento sobre a existência de embasamento legal que sustente a cobrança de tarifa adicional pela utilização de fontes alternativas de água (poços artesianos).



Os tributos são calculados seguindo a legislação tributária vigente no Brasil e aplicável a cada tributo. A Companhia não recolhe ISS/ICMS sobre fornecimento de água e tratamento de esgoto, por entender que os mesmos não são devidos.

Todos os passivos e obrigações, bem como as informações pertinentes quanto a prazos, amortizações e encargos encontram-se adequadamente registrados e divulgados.

Todos os compromissos firmados e informações pertinentes encontram-se adequadamente registrados e divulgados.

Todos os ativos são de propriedade da CODEGO e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames. Quando da sua existência os ônus e gravames foram divulgados.

Não há acordos para manutenção de limites mínimos de saldos em bancos ou outras vinculações, estando estes saldos disponíveis.

As contas do ativo e passivo estão adequadamente classificadas, considerando prazos e naturezas.

Todos os acordos ou operações estão adequadamente refletidos nas Demonstrações Contábeis.

O sistema contábil e de controle interno adotado pela CODEGO é de responsabilidade da administração e adequado ao tipo de atividade e volume das transações, assim como adequado para a prevenção e/ou detecção de eventuais fraudes e erros.

**Além disso, não temos conhecimento:**

De membros da administração que não tenham cumprido todas as leis, as normas e os regulamentos a que a CODEGO está sujeito. Também não temos conhecimento de que houve, durante o exercício, operações ou transações que possam ser reconhecidas como irregulares ou ilegais e/ou que não tenham sido realizadas no melhor interesse;

De que existam transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que não estejam divulgadas nas Demonstrações Contábeis e/ou nota explicativa;

De diretores ou colaboradores que em cargos de responsabilidade ou confiança tenham interesse em sociedades com as quais a CODEGO manteve relações;

De quaisquer fatos ocorridos desde 01 de janeiro de 2017 que possam afetar as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas naquela data ou que as afetam até a data desta carta ou, ainda, que possam afetar a continuidade normal das operações da CODEGO;

De efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis acima referidas e identificadas, decorrentes das seguintes situações:

Ações ou reclamações relevantes contra a CODEGO, que não estejam registradas adequadamente nas Demonstrações Contábeis.

Acordos ou operações estranhos aos negócios normais ou quaisquer outros acordos;

Inadimplências contratuais que possam resultar em prejuízos.

Existência de contingências (ativas ou passivas), além daquelas que estejam descritas nas notas explicativas e daquelas reconhecidas ou provisionadas.

Existência de comunicação, por parte das autoridades normativas, sobre inobservância de normas ou aplicação de procedimentos contábeis, fiscais ou previdenciários.

**Por derradeiro confirmamos que:**

A política de cobertura de seguros dos ativos e das operações da CODEGO é adequada à sua necessidade.

Todos os livros, registros contábeis, documentação comprobatória, foram colocados a sua disposição.

Todas as instituições financeiras que mantemos operações encontram-se contabilizadas nas Demonstrações Contábeis ou divulgadas em notas explicativas.

Embora em caráter provisório, os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis aqui reportadas, serão aqueles reproduzidos também nas informações de Diário e Razão Contábil a serem encaminhadas aos órgãos competentes conforme exigências legais.

**Não houve:**

Fraude envolvendo administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança.

Fraude envolvendo terceiros que poderia ter efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

Violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação das Demonstrações Financeiras ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.

Não temos o conhecimento de quaisquer outras distorções que não tenham sido ajustadas nas Demonstrações Financeiras.

Atenciosamente

**Júlio Cezar Vaz de Melo**  
Diretor Presidente  
CPF: 167.660.911-34

**Alexandre Souza da Paz Damaso**  
Contador  
CRC-GO 17.345/O-1  
CPF: 204.320.381-75

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO

**Balanco Patrimonial**

Levantado: 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(Em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>99.814.251</b>	<b>24.687.792</b>
Caixa e bancos	4	5.704.866	7.975.787
Clientes	5	20.904.770	15.505.726
Tributos a recuperar	6	508.730	343.171
Estoques	7	72.621.678	791.095
Adiantamento		58.073	66.667
Despesas do Exercício Seguinte		16.134	5.346
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>69.204.815</b>	<b>78.430.496</b>
Clientes	5	0	52.196,2
Estoques	7	4.970.799	4.449.344
Convênios a Receber	8	12.199.204	12.199.204
Garantias Judiciais		0	79.061
Imobilizado	9	52.031.969	61.180.926
Intangível		2.842	0
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>169.019.066</b>	<b>103.118.288</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO

**Balanco Patrimonial**

Levantado: 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(Em reais)

<b>PASSIVO + PL</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.291.079</b>	<b>5.267.109</b>
Fornecedores	10	647.238	563.004
Adiantamento de clientes		1.768.122	1.892.259
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.143.048	1.252.905
Obrigações tributárias e fiscais	12	1.011.917	916.335
Outras contas a pagar	14	720.754	642.607
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>22.807.238</b>	<b>22.799.184</b>
Obrigações tributárias e fiscais	12	504.540	504.540
Contingências passivas	21	491	491
Doações e Subvenções para investimento	15	548.200	548.200
Obrigações com Convênios	13	21.754.007	21.745.953
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>139.920.749</b>	<b>75.051.994</b>
Capital social integralizado		222.985.774	156.120.648
Reserva de capital		2.648.981	2.648.981
Adto .p/ aumento de capital		1.400.000	-
Reservas Gerais		21.030	21.030
Prejuízos acumulados		-87.135.036	-83.738.664
<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<b>169.019.066</b>	<b>103.118.288</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO

**Demonstração do Resultado**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(Em reais)

DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	17	<b>42.355.606</b>	<b>28.835.949</b>
<b>(-) CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS</b>		<b>(22.898.760)</b>	<b>(23.202.807)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>19.456.846</b>	<b>5.633.142</b>
<b>(-) DESPESAS DE OPERAÇÕES CONTINUADA</b>			
(-) Despesas administrativas	18	(17.033.468)	(13.205.567)
<b>(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERAÇÕES CONTINUADA</b>	19	<b>(6.546.976)</b>	<b>914.427</b>
<b>RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS</b>		<b>(4.123.598)</b>	<b>(6.657.998)</b>
(+/-) Resultado financeiro líquido	20	727.227	933.077
<b>RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	22	<b>-</b>	<b>11.753</b>
(+/-) Venda de veículo		-	11.753
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(3.396.371)</b>	<b>(5.713.168)</b>
Número de ações no final do período		153.829.832	153.829.832
Resultado por ação		-0,0221	-0,0371

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(Em reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro 2014</b>	<b>145.000.000</b>	<b>7.500.942</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(78.025.496)</b>	<b>77.145.457</b>
Aumento de capital	11.120.648	-	-	-	-	11.120.648
Adiantamento para aumento de capital	-	(7.500.942)	-	-	-	(7.500.942)
Prejuízo do exercício de 2015	-	-	-	-	(5.713.168)	(5.713.168)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2015</b>	<b>156.120.648</b>	<b>-</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(83.738.664)</b>	<b>75.051.995</b>
Aumento de capital	66.865.126	-	-	-	-	66.865.126
Adiantamento para aumento de capital	-	1.400.000	-	-	-	1.400.000
Prejuízo do exercício de 2016	-	-	-	-	(3.396.371)	(3.396.371)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2016</b>	<b>222.985.774</b>	<b>1.400.000</b>	<b>2.648.981</b>	<b>21.030</b>	<b>(87.135.035)</b>	<b>139.920.749</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

(Em reais)

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(3.396.371)</b>	<b>(5.086.305)</b>
Ajustes para reconciliar as sobras líquidas ao caixa:	-	-
Depreciações	10.591.283	10.853.119
Redução das contingências passivas	-	-
Receita com subvenção	8.054	(163.128)
<b>Decréscimo (acrécimo) em ativos:</b>		
Clientes	(4.877.082)	(10.933.862)
Estoques	(72.352.038)	(102.129)
Tributos a recuperar	(164.559)	(172.258)
Crédito com Funcionários	8.594	(34.920)
Despesas do exercício seguinte	(10.788)	889
Depositos Judiciais	79.061	(78.061)
<b>(Decréscimo) acréscimo em passivos:</b>		
Fornecedores	162.381	193.160
Adiantamento de clientes	(124.136)	(552.448)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	890.143	157.324
Obrigações tributárias	95.582	(357.105)
Parcelamentos	-	-
Contingências Passivas	-	491
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>(69.089.878)</b>	<b>(7.194.393)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Pagamento de imobilizado	(1.442.326)	(2.438.221)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(1.442.326)</b>	<b>(2.438.221)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de Capital	77.985.774	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(9.720.648)	3.619.706
Recebimento de convênios Secretaria Industria e Comércio (SIC)	-	-
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>68.265.126</b>	<b>3.619.706</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(2.267.078)</b>	<b>(6.012.908)</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início</b>	<b>7.975.787</b>	<b>13.989.895</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim</b>	<b>5.708.708</b>	<b>7.975.787</b>
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.267.078)</b>	<b>(6.014.108)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO**  
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras de 2016  
(Em reais)

**1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO**, (a seguir denominada “CODEGO”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, sob controle acionário do Estado de Goiás, jurisdicionada à Secretaria da Indústria e Comércio, regida por estatuto próprio, bem como pelas Leis nºs. 6.404/76 e 4.728/65 (arts. 45 a 48), e Lei Estadual nº. 7.766/73 com alterações introduzidas pela Lei

13.334/98, com sede na Rua 85 nº. 1.593, no Setor Marista, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

A CODEGO tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais, com a geração de renda, novos empregos e preservação do meio ambiente. Além disso, apoiar e executar, no que lhe couber, a política de industrialização de Goiás, adotada pelo Governo do Estado, de modo a projetar e implantar, direta ou indiretamente áreas industriais, agroindustriais, bem como promover a administração das mesmas com todas as condições de infraestrutura e incentivos oferecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

A CODEGO conta com 33 distritos industriais, com quase 550 empresas distribuídas em 30 municípios, que representam todas as regiões do Estado. Entre os distritos industriais sob sua gestão destacam-se: Abadiânia, Anápolis, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Bela Vista de Goiás, Cabeceiras, Caldas Novas, Catalão, Ceres, Goianésia, Goianira, Goiás, Goiatuba, Inhumas, Iporá, Itumbiara, Jussara, Luziânia, Mineiros, Morrinhos, Orizona, Paraúna, Piracanjuba, Pontalina, Porangatu, Rio Verde, Rubiataba, São Miguel do Araguaia, Senador Canedo e Uruaçu; ênfase ao Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) que é considerado um dos maiores da América Latina.

## 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas, normatizado na NBC TG 1000, considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), normas, orientações e interpretações expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), exceto com relação ao ativo imobilizado e estoque, conforme descrito nas notas explicativas nº. 7 e 9 respectivamente. A Companhia não apurou em 2015 e 2016 quaisquer resultados abrangentes, portanto, não elaborou a Demonstração dos Resultados Abrangentes - DRA para os referidos anos.

## 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

**(a) Reconhecimento de receitas:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de terrenos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.**(a.i) Receita de prestação de serviços:** As receitas de serviços são consideradas a principal forma de receita desta Companhia e são reconhecidas pelo regime de competência, através da medição mensal do consumo de água e da coleta de esgoto realizadas nas empresas "clientes" sediadas nos distritos controlados pela CODEGO. **(a.ii) Venda de imóveis:** As receitas de vendas de imóveis são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador, através da, escritura pública lavrada em nome do comprador. **(a.iii) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida "pro rata die" com base na taxa de juros efetiva do mês referente ao lançamento. **b) Caixa e bancos:** As contas "Caixa e bancos" incluem a conta caixa, contas bancárias e contas de investimentos de curto prazo com liquidez imediata com vencimento original de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas de fato, pelo acréscimo de juros auferidos no mês.**c) Clientes:** As contas de clientes são compostas de valores a receber pela venda de terrenos e pela prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. Se o prazo de recebimento for equivalente a menos de 24 meses, as contas são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são classificadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente,

reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de perdas estimadas para redução ao valor recuperável. **d) Estoque:** O estoque de imóveis a comercializar está demonstrado ao custo. O valor do custo do estoque incluem todos os custos de aquisição, de transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. O saldo contábil dos estoques de imóveis a comercializar não teve, ainda, sua conciliação concretizada com os registros e controles da área responsável pelos distritos industriais comercializáveis, conforme descrito na nota explicativa nº. 7.e) **Tributos a recuperar:** Os tributos a recuperar são apresentados pelo valor da realização, tendo sido corrigido até 31 de dezembro de cada ano, conforme previsão da legislação de cada tributo. **f) Convênios a receber:** A Companhia registrou os valores a receber da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funproduzir, referente aos contratos 05/2013 e 06/2013, que visam investimentos e despesas a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.g) **Imobilizado:** A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação, subsequentemente deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº. 9. O saldo imobilizado em andamento refere-se a instalações elétricas, instalações de água, esgoto e aplicação asfáltica em alguns terrenos.**h) Fornecedores:** As contas de fornecedores são referentes a obrigações "a pagar" por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal do exercício, sendo classificadas como passivo circulante, devido aos prazos de realização ser inferior a 24 (doze) meses. Estão reconhecidas pelo valor nominal.**i) Obrigações com convênios:** A Companhia mantém os convênios 05/2013 e 06/2013, firmados com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funproduzir, os quais implicam em investimentos a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme descrito na nota explicativa nº 13. As receitas relativas aos convênios são reconhecidas proporcionalmente, à medida que, as despesas são incorridas.**j) Provisão:** A provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não, formalizada como consequência de um evento passado e tornam-se provável que sejam exigidos recursos para liquidação dessas obrigações. As provisões para riscos tributários e cíveis são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia, quando aplicáveis.**k) Adiantamentos de clientes:** Os valores recebidos de clientes pela venda de terrenos dos distritos industriais são mantidos na rubrica adiantamentos de clientes (comercialização de terrenos), até que todas as condições exigidas no regulamento para venda e cessão de terrenos industriais da Companhia tenham sido atendidas. Tão logo se materializa a escritura do imóvel ao comprador, entende-se que os riscos e benefícios foram transferidos da Companhia para os compradores e, neste caso, reconhece-se a receita correspondente.**l) Contas a pagar:** O saldo da conta "Contratos Cancelados/ Devolução" está representado, por valores adiantados pelos clientes para a compra de áreas com finalidade de instalação de industriais, mas que optaram em cancelar o contrato celebrado com a CODEGO. Portanto, o saldo representa o montante a devolver a esses antigos clientes.**m) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço da Companhia quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.**n) Tributação**

**(n.i) Tributos sobre receitas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%. A Companhia aproveita créditos tributários obedecendo às mesmas alíquotas sobre aquisições de: insumos utilizados no tratamento de água, energia elétrica, alugueis pagos a pessoas jurídicas e aquisição de bens do imobilizado utilizados na produção bens para venda e na prestação dos serviços. As receitas financeiras estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições: Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS) 4%.**(n.ii) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Não houve apuração desses tributos nos últimos dois anos, assim como não foi registrado nenhum tributo diferido de prejuízo, porque as condições previstas para o reconhecimento não são satisfeitas. Não houve diferenças temporárias.

**o) Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer, pela administração da Companhia, o uso de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como o julgamento da administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas incluem: depreciação, perda estimada com clientes, provisão de risco em processos onde a Companhia é parte interessada.**p) Subvenção governamental:** Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a Companhia em troca de cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da Companhia. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) a subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) a subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a Companhia; assim é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos; nesse caso são reconhecidas como um passivo. A Companhia mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

#### 4- CAIXAS E BANCOS

DESCRIÇÃO	31/12/2015	31/12/2015
<b>Caixa:</b>	-	-
Caixa fundo fixo	-	-
<b>Bancos conta movimento:</b>	<b>171</b>	<b>55.741</b>
Itaú privatizações	-	55.591,68
Itaú caução	-	-
Itaú conta salário	-	-
Itaú S/A	-	-
(-) Cheques a compensar	-	-
CEF - C/C 105-2	50,00	50,00
CEF - CAUÇÃO C/C 106-0	50,00	24,70
CEF- REC. TESOIRO C/C 108-7	50	25
CEF C/C 107-9	21,00	50,00
<b>Bancos conta convênio:</b>	-	-
CEF-Convenio C/C 1972-1	-	-
(-) Cheques a compensar	-	-
<b>Bancos aplicações financeiras</b>	<b>5.619.201</b>	<b>7.842.606</b>
Itaú aplicações (a)	-	72.757
CEF aplicações (a)	5.619.201	7.769.848
<b>Bancos aplicações financeiras / poupança - convênio</b>	<b>85.494</b>	<b>77.440</b>
CEF-Convenio aplicação 1972-1	-	-
CEF-Convenio poupança 1972-1	49.310	46.346
CEF-Convenio poupança 1973-0	36.184	31.095
<b>TOTAL</b>	<b>5.704.866</b>	<b>7.975.787</b>



**5- CLIENTES**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante:</b>	<b>20.904.770</b>	<b>15.505.725</b>
<b>Clientes:</b>		
Porto Seco Centro Oeste S/A	559.940	521.962
Saneago – Saneamento de Goiás	18.859.290	11.669.569
Agência Goiana do Sistema de Execução	5.090.553	1.196.528
Brainfarma Ind. Com. Quim. Farmaceutica S/A	470.922	164.329
Outros clientes	5.195.160	2.714.155
(-) Provisão para perdas	(9.271.095)	(760.818)
<b>Não circulante:</b>	<b>-</b>	<b>521.962</b>
Porto Seco Centro Oeste S/A	-	521.962
<b>TOTAL</b>	<b>20.904.770</b>	<b>16.027.687</b>
DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	5.193.211	4.471.561
Vencidos até 30 dias	1.554.638	1.422.562
Vencidos de 31 a 60 dias	1.581.382	1.229.037
Vencidos de 61 a 90 dias	1.549.594	1.156.790
Vencidos de 91 a 180 dias	4.552.013	3.055.259
Vencidos de 181 a 360 dias	7.187.663	4.170.416
Vencidos a mais de 360 dias	8.557.363	760.918
(-) Provisão para perdas	(9.271.095)	(760.818)
<b>TOTAL</b>	<b>20.904.770</b>	<b>15.505.726</b>

Em 2016 a Saneago firmou um Termo de Acordo que têm como objeto o parcelamento de débitos junto à Companhia dos meses de 04/2014 a 04/2016 que somavam R\$ 13.886.435, (principal) os quais foram parcelados em 36 parcelas, deste valor, em 31/12/2016, restavam R\$ 11.572.030, desse modo a diferença para o saldo apresentado no quadro acima se referem à valores a receber originados em 2016 que não foram objeto de parcelamento e se encontram em aberto na data de apresentação das demonstrações contábeis (R\$ 7.287.260).

**6- TRIBUTOS A RECUPERAR**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Tributos a recuperar:</b>		
IRRF de aplicações financeiras	479.144	338.369
Outros imposto a recuperar	29.586	4.802
<b>TOTAL</b>	<b>508.730</b>	<b>343.171</b>

**7- ESTOQUE**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante:</b>	<b>72.621.678</b>	<b>791.095</b>
<b>Terrenos:</b>		
Uruaçu	11.402	11.402
Goiatuba	293.800	293.800
São Miguel do Araguaia	18.000	18.000
Pontalina	13.151	13.151
Rubiataba	1.356	1.356
Senador Canedo	4.014	4.014
Porangatu	26.721	26.721
Morrinhos	29.112	35.560
Jussara	52.500	52.500
Goiás	44.429	44.429
Bela Vista	4.041	4.041
Caldas Novas	694.033	14.033
Ceres	40.000	40.000
Rio Verde II	7.988	7.988
Itumbiara - Diagri	4.269.783	53.570
Rio Verde I	58.068	58.068
Aparecida - DAIAG	42.584.486	-
Anápolis - DAIA	23.709.794	112.461
Posse	759.000	-
<b>Não circulante:</b>	<b>4.970.799</b>	<b>4.449.344</b>
Pirenópolis	530.000	530.000
Petrolina	684.183	684.183
Piracanjuba	725.873	725.873
São Luiz de Montes Belos	432.379	432.379
Padre Bernardo	454.787	454.787
Paraúna	304.707	304.707
Crixas	47.476	47.476
Silvânia	296.825	296.825
Rialma	764.229	764.229
Goianira	208.884	208.884
Goianésia	521.456	-
<b>TOTAL</b>	<b>77.592.477</b>	<b>5.240.439</b>

Está em andamento por parte desta Companhia o procedimento de mensuração ao valor justo/realizável das áreas de propriedade, onde são desenvolvidos os Distritos Industriais comercializáveis, sendo a avaliação realizada pela SEGPLAN entidade com capacidade técnica pra tal mensuração, cujos procedimentos são exigidos para cumprimento da Resolução GFC nº 1.1790/9 (NBC TG 17 – Estoques). A previsão para conclusão desses procedimentos é 2018, o qual será sensibilizado na contabilidade. O prazo para implementação da mensuração de seus ativos ao Valor Recuperável Líquido, conforme preconizam as IFRS, aplicáveis a pequena e média empresa (Seção 13 da NBC TG 1000), foi prorrogado para 2018 por meio do Decreto 8.850 de 16/12/2016, que alterou o Decreto 8.728 de 16/08/2016, para as Administrações Diretas e Indiretas, abrangendo, inclusive, as Sociedades de Economia Mista do Estado de Goiás, onde a CODEGO encontra-se inserida.

Parte dos estoques encontra-se classificada no ativo não circulante em razão da administração ter expectativa de gerar benefícios econômicos futuros pela venda dos

mesmos no longo prazo, após realizar as adequações necessárias para que as áreas possam receber investimento de empresas externas na exploração de atividades econômica. Em 2016 houve integralização de capital na ordem de R\$ 680.000,00 o qual foi utilizado para aquisição de área em Caldas Novas, e com recursos próprios houve aquisição de área em Itumbiara no valor de R\$ 4.221.873,52, também para implantação de distrito industrial.

Em 2016 foi recebida, de Goianésia, doação de Áreas no valor equivalente a R\$ 521.455,64 para implantação de Distrito Industrial. Tendo em vista que as operações iniciarão após o término do exercício social subsequente o Terreno recebido em doação foi registrado diretamente em conta do Realizável à Longo Prazo.

#### **7.1 - REAPRESENTAÇÕES DE INFORMAÇÕES ANTERIORES**

Referente ao aumento que houve nos terrenos do DAIAG (Aparecida de Goiânia) e DAIA (Anápolis) no montante de R\$ 42.584.486 e R\$ 23.600.640 respectivamente,

apresentados em Estoques no Balanço Patrimonial de 2016 comparativamente a 2015, se deve a uma integralização de capital ocorrida em 2015 o qual não fora objeto de registro nas demonstrações desse período (2015), cujas informações foram devidamente corrigidas em 2016 por meio dos respectivos registros contábeis no período. Com base na letra "a" do item 42 e no item 46 ambos da NBC TG 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, rerepresentamos abaixo os saldos anteriores (de 2015) para manter e preservar as características qualitativa da comparabilidade das

demonstrações contábeis em 31/12/2016. Esta reapresentação não alterará o resultado do período de 2015 apresentado na Demonstração de Resultado em razão de que esta reapresentação afeta apenas elementos patrimoniais (Estoques e Capital Social) apresentada no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações Patrimoniais (Capital Social). No quadro abaixo demonstramos a adição do valor de R\$ R\$ 66.185.126 que se refere à integralização de capital em terrenos informado em Ata nº 52151170967 registrada na JUCEG no dia 03 de agosto de 2015.

DESCRIÇÃO	ANTES DA REPRESENTAÇÃO 31/12/2015	CORREÇÃO DE ERRO	DEPOIS DA REPRESENTAÇÃO 31/12/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Terrenos	791.095	66.185.126	66.976.221
Capital Social Integralizado	15 6.120.648	66.185.126	222.305.774
<b>8- CONVÊNIOS A RECEBER</b>			
DESCRIÇÃO	31/12/2016		31/12/2015
<b>Convênios a Receber</b>			
Convênio nº 05	4.071.261		4.071.261
Convênio nº 06	8.127.943		8.127.943
<b>TOTAL</b>	<b>12.199.204</b>		<b>12.199.204</b>

(a) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funproduzir, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, onde o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863. Do montante repactuado, a Companhia registrou em seu ativo, um recebimento de R\$ 5.170.038 em 2014. Conforme 1º Termo aditivo ao contrato original, o saldo a receber de R\$ 4.071.261, é composto pelas parcelas 6, 7 e 8 e o recebimento de cada parcela está condicionado à prestação de contas da última parcela recebida.

(b) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funproduzir, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Do montante pactuado a Companhia registrou em seu ativo o montante de R\$ 10.531.595, dos quais já foram recebidos R\$ 2.403.652. Conforme contrato original o saldo a receber de R\$ 8.127.943, é composto pelas parcelas de 4 a 12 e o recebimento de cada parcela está condicionado à prestação de contas da penúltima parcela recebida.

## 9- IMOBILIZADO

Descrição	Terrenos	Beneficiárias	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Sist. de abast. água e esgoto	Equip. de informática	Obras em andamento	Total do ativo imobilizado
<b>Custo:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.711.691	76.046.372	11.794.159	300.398	315.309	1.951.238	37.752.534	308.537	15.998.144	146.178.382
Adições 2015	-	-	-	107.500	52.283	254.400	19.267	10.105	2.009.436	2.555.211
Baixas 2015	-	-	-	(16.900)	-	-	-	-	-	(16.900)
Transferências 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.711.691	76.046.372	11.794.159	290.998	367.692	2.205.638	37.771.801	421.672	18.006.580	146.616.603
Adições 2016	-	10.756	-	-	-	528.986	-	30.086	752.498	1.442.326
Baixas 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.711.691	76.177.128	11.794.159	290.998	367.692	2.734.624	37.771.801	451.758	18.759.078	150.058.929
<b>Depreciação:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(43.868.948)	(5.931.984)	(89.317)	(218.826)	(1.004.960)	(25.310.611)	(157.911)	-	(88.050.147)
Adições 2015	-	(7.078.080)	(494.319)	(52.087)	(5.283)	(66.723)	(3.051.154)	(50.007)	-	-
Baixas 2015	-	-	-	54.553	-	-	-	-	-	-
Transferências 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(50.947.038)	(6.426.303)	(86.861)	(234.109)	(1.171.683)	(28.361.765)	(207.918)	-	(87.435.678)
Adições 2016	-	(7.042.850)	(465.261)	(50.373)	(16.080)	(68.319)	(2.746.458)	(7.194)	-	-
Baixas 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(57.989.888)	(6.891.564)	(137.234)	(250.189)	(1.370.002)	(31.108.223)	(279.859)	-	(98.026.959)
<b>Imobilizado Líquido:</b>										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.711.691	18.187.240	4.902.595	153.764	117.503	1.364.622	6.663.577	171.899	18.759.078	52.031.970
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.711.691	25.099.334	5.367.856	204.127	133.583	1.033.955	9.410.035	213.754	18.006.580	61.180.927
<b>Taxas de depreciação anual:</b>										
2015	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	
2016	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	

A Companhia constituiu em 10/03/2016 uma Comissão interna para proceder com o levantamento e revisão da vida útil dos bens que integram seu acervo patrimonial, e posteriormente aplicarem os testes de recuperabilidade para verificar se algum item do ativo imobilizado está mensurado em valor superior ao seu valor recuperável, seja pelo uso, pela venda ou a combinação dos dois, pois atualmente a Companhia, mensuras seus ativos ao custo de aquisição, de modo que os mesmos estão apresentados com o custo histórico como base de valor e com as depreciações calculadas de acordo com os critérios fiscais (IN SRF nº 162/98 e alterada pela IN SRF nº 130/99, determinadas pela Receita Federal do Brasil). Conforme estabelece o Decreto 8.850 de 16/12/2016 fica prorrogada para 2018 a data limite para que a CODEGO (administração indireta) implemente as normas de revisão do valor recuperável dos ativos estabelecidas na Seção 17 - Ativo Imobilizado da NBC TG 1000.

## 10- FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Fornecedores:</b>	<b>598.500</b>	<b>488.064</b>
CELG Distribuição S/A	391.434	352.467
Polcard Systems e Serviços S/A	-	-
Outros fornecedores	207.066	135.598
<b>Retenções de fornecedores:</b>	<b>48.738</b>	<b>74.940</b>
Rod Edif e Const Civil Ltda.	23.754	23.754
Sedesp Serv. Desm. e Pat. Ltda.	15.919	15.919
Etica Construtora Ltda.	7.732	7.732
Outros	1.333	27.535
<b>TOTAL</b>	<b>647.238</b>	<b>563.004</b>

(a) As retenções de fornecedores referem-se a valores previstos em contratos de prestação de serviços de obras, os quais serão repassados aos prestadores na data de finalização dos serviços.

**11- OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Salários e encargos:</b>		
Fundo de previdência a recolher	22.686	21.364
IPASGO a recolher	15.422	12.711
FGTS a recolher	88.121	70.453
INSS a recolher	298.318	246.341
Contribuição sindical a recolher	85	45
Provisão de férias	1.249.961	651.733
INSS provisão de férias	366.154	195.740
FGTS provisão de férias	102.301	54.518
<b>TOTAL</b>	<b>2.143.048</b>	<b>1.252.905</b>

**12- OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante:</b>		
	<b>1.011.917</b>	<b>916.335</b>
<b>Tributos retidos:</b>		
	<b>1.011.917</b>	<b>916.335</b>
IRRF s/ salários	10.921	95.300
IRRF de pessoa jurídica	1.371	884
PIS/COFINS/CSLL	4.611	2.863
ISSQN	5.175	5.229
PIS a pagar	95.918	31.283
COFINS a pagar	443.040	144.107
INSS Retido IN 971	2.552	471
ITU/IPTU	357.327	636.198
<b>Não circulante:</b>		
	<b>504.540</b>	<b>504.540</b>
ITU/IPTU	504.540	504.540
<b>TOTAL</b>	<b>1.516.457</b>	<b>1.420.875</b>

(a) Em 2013 a CODEGO efetuou parcelamento relativo ao IPTU/ITU dos terrenos do Distrito Agroindustrial de Anápolis – DAIA, lançados pela Prefeitura Municipal de Anápolis relativamente às competências de 1990 a 2012. Quanto aos demais Distritos está em andamento levantamento da situação tributária (IPTU/ITU) junto aos mesmos cujos procedimentos até a data de aprovação das demonstrações contábeis não foram finalizados.

**13- OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>Convênios a Receber</b>		
Convênio nº 05	11.186.967	11.184.095
Convênio nº 06	10.567.040	10.561.858
<b>TOTAL</b>	<b>21.754.007</b>	<b>21.745.953</b>

(a) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (05/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, no valor total de R\$ 30.963.603, para investimentos em infraestruturas e manutenção dos distritos industriais. Em 10/09/2014 foi registrado o 1º Termo Aditivo, no qual o Convênio passou a ser de R\$ 14.726.863.

(b) Em 2013, a CODEGO celebrou convênio (06/2013) com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio / Funprodutir, no valor total de R\$ R\$ 11.840.664, para a construção do anel viário do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), de sorte que a Companhia tem como obrigação a prestação de serviços para o convênio, conforme termos pactuados.

As alterações ocorridas nos Convênios acima decorrem especificamente de rendimentos de aplicação financeira do período

**14 – CONTRATOS CANCELADOS/DEVOLUÇÃO**

A Companhia reclassificou em 2016 o montante de R\$ 18.927,93, do grupo de adiantamento de clientes, para o grupo de contas a pagar. Este saldo refere-se a recebimentos antecipados pela venda de terrenos, cujos contratos foram cancelados, podendo, conforme o caso, serem devolvidos aos antigos clientes.

**15 – DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO**

A Companhia registrou na rubrica doações e subvenções para investimento, no passivo não circulante, valores relativos ao recebimento, em doação, de áreas para futura implantação de distritos e polos industriais nas cidades de Crixás, Paraúna e Silvânia. O saldo será mantido no passivo até que sejam atendidas as condições para o reconhecimento da subvenção, conforme Resolução CFC Nº. 1.305/10.

**16 – CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO**

A Companhia possui capital autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000, bem como capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 222.985.774 o qual está dividido em 153.829.832

ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Abaixo, segue boletim de composição do capital em ações:

ACIONISTAS	31/12/2015	AUMENTO	31/12/2016
Goiasinvest	5.471.850	-	5.471.850
Estado de Goiás	148.344.770	-	148.344.770
Banco do estado de Goiás - BEG	6.411	-	6.411
Prodago	343	-	343
Caixego	47	-	47
Crisa	-	-	-
Metago	47	-	47
Saneago	6.364	-	6.364
<b>TOTAL</b>	<b>153.829.832</b>	<b>-</b>	<b>153.829.832</b>

No decorrer do exercício de 2016 houve integralização de capital já autorizado em exercícios anteriores na ordem de R\$ 680 mil reais em moeda corrente do país cujos valores foram integralmente aplicados na aquisição de área situada em Caldas Novas.

#### 16.1 REAPRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES ANTERIORES

Com base na letra "a" do item 42 e no item 46 ambos da NBC TG 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, rerepresentamos abaixo os saldos anteriores (de 2015) para manter e preservar a característica qualitativa da comparabilidade das demonstrações contábeis

em 31/12/2016. Esta reapresentação não alterará o resultado do período de 2015 apresentado na Demonstração de Resultado, pois a mesma afeta apenas elementos patrimoniais (Estoques e Capital Social) apresentada no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações Patrimoniais (Capital Social). No quadro abaixo demonstramos a adição do valor de R\$ R\$ 66.185.126 que se refere à integralização de capital em terrenos informado em Ata nº 52151170967 registrada na JUCEG no dia 03 de agosto de 2015 cujo evento não fora evidenciado em 2015. Para maiores detalhes ver nota 7.1.

DESCRIÇÃO	ANTES DA REPRESENTAÇÃO 31/12/2015	CORREÇÃO DE ERRO	DEPOIS DA REPRESENTAÇÃO 31/12/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Terrenos	791.095	66.185.126	66.976.221
Capital Social Integralizado	15 6.120.648	66.185.126	222.305.774
<b>17- RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>46.723.690</b>	<b>31.962.005</b>	
Venda de terrenos	46.549.040	4.520.572	
Serviços de água e esgoto	174.651	27.441.433	
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>(4.368.084)</b>	<b>(3.126.056)</b>	
(-) Devoluções de Vendas	-	(125.894)	
(-) Tributos incidentes s/ vendas e serviços	(4.368.084)	(3.000.162)	
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>42.355.606</b>	<b>28.835.949</b>	
<b>18- DESPESAS ADMINISTRATIVA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>	
Goiania - Sede	12.223.322	9.825.413	
Anápolis - Daia	2.180.223	1.582.503	
Catalão - Dimic	402.411	228.481	
Goianira	350.501	221.295	
Aparecida - Daiag	543.575	338.975	
Senador Canedo	369.409	187.438	
Uruaçu	157.411	147.283	
Goianésia	73.533	61.159	
Itumbiara - Diagri	732.883	447.294	
<b>TOTAL</b>	<b>17.033.269</b>	<b>13.039.841</b>	

**19 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
Receitas diversas	787.887	588.814
Subvenção estadual	-	168.657
Interveniência e benfeitorias	622.657	793.710
Recuperação de Despesas	2.657	-
Reversão de Provisões	-	19.940
Aluguel de Terreno	21.644	62.043
Aluguel de Galpão	7.000	6.500
Doações Recebidas	521.456	
Estimativas de perdas	(8.510.277)	(725.238)
<b>TOTAL</b>	<b>-6.546.976</b>	<b>914.427</b>

**20 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

DESCRIÇÃO	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>840.875</b>	<b>985.479</b>
Juros recebidos	152.579	22.121
Descontos obtidos	3.223	2.633
Recuperação de despesas	-	7.179
Rendimento aplicação financeira	647.095	853.941
Receita com atualização	37.978	99.606
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>-113.648</b>	<b>-52.403</b>
Juros e encargos	-63	-2.428
Despesas bancárias	-85.298	-14.803
Descontos concedidos	-7	-22
Multas	-8.602	-3.372
Multas não dedutíveis	-	-4.348
Atualização monetária	-	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	-19.678	-27.430
<b>TOTAL</b>	<b>727.227</b>	<b>933.077</b>

**21 - CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas

pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos ao final de cada exercício.

O demonstrativo na data base de 31 de dezembro de 2016 contendo os riscos contingentes, para as quais se manteve provisão constituída em períodos anteriores, conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

	RISCOS		PROVISÃO REGISTRADA	
	Possíveis	Provavel	2015	2016
Fiscais	-	-	-	-
Civeis	18.693.783	320.817	320.817	320.817
Justiça Federal	100.000	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-
Deposito Recursais	-	-320.326	-320.326	-320.326
<b>Sub total</b>	<b>18.793.783</b>	<b>491</b>	<b>491</b>	<b>491</b>
Honorario de Assessores Juridicos	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18.793.783</b>	<b>491</b>	<b>491</b>	<b>491</b>
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	491	491

## 22 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como parte relacionada a Saneamento de Goiás S/A – SANEAGO, porque esta é sócia da Companhia em 0,0044%. Além disso, ambas são controladas pelo Estado de Goiás. A Companhia fornece água tratada à SANEAGO, mas em condições diferentes do mercado, pois além da tarifa praticada ser 22,5% a menor, o prazo para recebimento é estendido em relação aquele concedido aos demais clientes, conforme contrato nº 318 emitido pela SANEAGO em 06/03/2014, com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses. Destaca-se ainda que, a SANEAGO é o principal cliente da Companhia.

## 21 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia inicializou em 14/02/2017 uma ação juntos aos Municípios onde estão instaladas os Distritos Industriais que visa à obtenção da isenção da cobrança dos IPTU/ITU. Conforme estabelece a Art. 150 CF/88.

Em 06/02/2017 a SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás. Seção de Relação do Trabalho – homologa o Plano de Cargos, Salários e Carreira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE

GOIAS – GODEGO, conforme publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 96, de 09/02/2017.”

## 22. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria autorizou, em 15 de março de 2017, a conclusão das demonstrações contábeis e notas explicativas referente ao exercício de 2016.

Era o que temos a relatar e esclarecer em adendo às demonstrações contábeis hora apresentadas e encerradas.

**Júlio Cezar Vaz de Melo**

Diretor Presidente

CPF: 167.660.911-34

**Alexandre Souza da Paz Damaso**

Contador

CRC-GO 17.345/O-1

CPF: 204.320.381-75

## RELATORIO DA AUDITÓRIA

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS - CODEGO**  
 Goiânia – GO

### Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000).

### Base para opinião com ressalva

No ativo circulante, em **Clientes a Receber** (nota 5), a Companhia apresenta um saldo de R\$ 20,9 milhões dos quais R\$ 11,5 milhões foram objetos de parcelamento e deste R\$ 6,6 milhões serão realizados após o exercício social subsequente o que implica afirmar que deveriam estar classificados no ativo não circulante. Além disso o valor objeto de parcelamento não foi atualizado pelo montante de R\$ 562 mil reais os quais R\$ 266 mil deveriam ser reclassificados para o ativo não circulante, desse modo Cliente a Receber e o Resultado do Período está subestimado em montante equivalente R\$ 562 mil reais. A redução no Ativo Circulante para o Não Circulante e a ausência de atualização do débito impactará nos índices de liquidez, demonstrados pelo Balanço Patrimonial e nos fluxos de caixa das atividades operacionais apresentadas na demonstração dos Fluxo de Caixa nos montantes acima relacionados.

No ativo circulante, em **Tributos a Recuperar** (nota 6), do saldo apresentado de R\$ 343 mil reais, composto, em sua maior parte, por IRRF s/ Aplic. Financ, são provenientes de retenções sofridas em períodos anteriores, cujo montante não está corrigido pela taxa Selic do período (16,15%) ao valor de R\$ 55 mil reais sobre o crédito de saldo negativo do IRPJ. Desse modo os tributos a recuperar, apresentado



no balanço patrimonial, e o resultado líquido do exercício, apresentado na demonstração do resultado do exercício estão subavaliados no mesmo montante. Em 2013 a Companhia, também, parcelou débitos de IPTU junto à prefeitura de Anápolis, que não foram objeto de atualização, os quais parte são de responsabilidade de entidades estabelecidas no DAIA, cujo montante está sendo apurado e em fase de conclusão e de individualização para posterior aprovação da diretoria a fim de identificar os possíveis créditos que a Companhia tem com essas entidades e os efeitos desses sobre as demonstrações contábeis em conjunto, cujos valores serão sensibilizados em 2017.

De acordo com a nota explicativa 7 os **Estoques** de terrenos para revenda somam R\$ 77,5 milhões, sendo R\$ 72,5 milhões registrados no ativo circulante, e R\$ 5,0 milhões, no ativo não circulante, no entanto esses valores não refletem a real posição de estoque existente uma vez que esses valores não foram objeto de conciliação com as informações apresentadas pelo departamento de assentamento, responsável por controlar as áreas disponíveis para comercialização. Outro fato que deve ser considerado é que na composição de custo de estoques de terrenos não está considerado o custo de implantação do distrito (infraestrutura), que estão sendo registrados em contas específicas do ativo imobilizado, no ativo não circulante. Essa forma de mensuração de custo tem como consequência o reconhecimento a menor, nas operações de venda, do custo de terreno vendido. De acordo com a norma brasileiras de contabilidade os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor, onde este último é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. De acordo com os CPCs – Comitê de Pronunciamentos Técnicos de Contabilidade a Companhia deve avaliar, na data de publicação, se qualquer estoque está desvalorizado e sendo o caso registrar uma perda por desvalorização reconhecida imediatamente no resultado (*impairment*). Os documentos e controles apresentados pela Companhia não permitem mensurar, de forma conclusiva, sobre os valores dos ajustes necessários para apresentação adequada destes grupos, e os possíveis efeitos tributários que tais procedimentos poderiam recair à Companhia, inclusive em períodos anteriores, sobre o Balanço Patrimonial, o resultado líquido do exercício registrado na Demonstração do Resultado, e nos fluxos de caixa de atividade operacional registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

De acordo com as notas explicativas números 12 e 21, a **Companhia** não realizou provisão de riscos fiscais referente às Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Territorial Urbano (ITU) incidentes sobre os terrenos dos demais Distritos, exceto Anápolis que já fora objeto de parcelamento. Com relação aos demais Distritos este levantamento dos débitos está fase de conclusão com proposição de possíveis isenções destes tributos, no entanto devido às limitações no escopo dos trabalhos de auditoria, não é possível no momento concluir sobre os possíveis efeitos destes eventos sobre as demonstrações contábeis apresentadas.

De acordo com as notas 7.1 e 16.1 os valores dos elementos do Balanço Patrimonial (Estoque e Capital Social) do exercício anterior (2015) estão devidamente reapresentados nas notas explicativas, esta representação também se estende para as mesmas informações apresentadas no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido a fim de manter a característica qualitativa da comparabilidade.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa nº 21 – Eventos Subsequentes – “Em 06/02/2017 a SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás. Seção de Relação do Trabalho – homologa o Plano de Cargos, Salários e Carreira da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DE GOIÁS – GODEGO., conforme publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 96, de 09/02/2017”. **Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e 9 – “O prazo para implementação da mensuração de seus ativos ao Valor Realizável Líquido, conforme preconizam as IFRS, aplicáveis a pequena e média empresa, Seção 13 – Estoques e Seção 17 – Ativo Imobilizado, ambas da NBC TG 1000, foi prorrogado para 2018 por meio do Decreto 8.850 de 16/12/2016, que alterou o Decreto 8.728 de 16/08/2016, para as Administrações Diretas e Indiretas, abrangendo, inclusive, as Sociedades de Economia Mista do Estado de Goiás, onde a CODEGO encontra-se inserida”. **Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.**

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentado para fins de comparação foram por nós auditados, e na oportunidade emitimos relatório de auditoria com opinião modificada com ressalva em 19 de abril de 2016.

##### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da **Companhia** é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. **Não temos nada a relatar a este respeito.**

##### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Goiânia-GO, 18 de abril de 2017.

**BRAVO'S** Auditores Independentes SS EPP  
CRC – GO 1818/O-8

**Marcelo Alejandro Galindo Bravo**  
Contador CRC-GO 015750/O-4

Protocolo 13973

**CODEGO- Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás**

Torna-se público que requereu à SECIMA-Secretaria de Meio Ambientes, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos a Licença Instalação - LI, referente à obra de pavimentação da Estrada dos Romeiros, localizado no trecho da BR-153 ate Santuário Divino Pai Eterno no município de Panamá com extensão de 8,44 km.

Protocolo 14056

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO, com sede na Av. 85 nº 1.593, Setor Marista - CEP: 74.160-010 - Goiânia - GO, por meio da Pregoeira, torna público aos interessados que fará realizar, em sessão pública, através do site [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br), os procedimentos licitatórios, abaixo relacionados, com Recursos Próprios da CODEGO, conforme segue:

**Licitações destinadas exclusivamente à participação de Micro-empresas e Empresas de Pequeno Porte**

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2017  
PROCESSO nº 479.04/2017 - SepNet nº 201710216000024  
Tipo MENOR PREÇO (LOTE ÚNICO) - VALOR R\$ 43.961,28  
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de pães e manteigas para consumo na Sede desta Companhia.  
DATA DE ABERTURA: 15/05/2017, às 09h00 (nove horas);  
O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nas páginas: [www.comprasnet.go.gov.br](http://www.comprasnet.go.gov.br) e [www.codego.com.br](http://www.codego.com.br) e as informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação, Telefone: (62) 3604-3104.

Maria Lúcia de Paula Souza  
PREGOEIRA

Protocolo 14133

**Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA**

**PORTARIA Nº 077 /2017-GAB.**

O Secretário de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Estado de Goiás, no uso das suas atribuições legais;

Considerando a permissiva legal constantes nos artigos 22, 23 e 35 da Lei Estadual nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988.

Considerando a necessidade de tramitação dos feitos administrativos, em atendimento aos princípios do Direito Administrativo, dentre eles a legalidade, publicidades, moralidade, eficiência e celeridade.

**R E S O L V E:**

DESIGNAR, o servidor ROGÉRIO FERNANDES ROCHA, portador do CPF/MF nº 014.856.001-62, ocupante do cargo Assistente de Gestão Administrativa, sem prejuízo de suas funções atuais, para responder interinamente pelas atribuições do cargo de Superintendente Executivo de Meio Ambiente e Recursos Hídricos desta Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, no período de 01 a 30 de Maio de 2017, em substituição à sua titular JACQUELINE VIEIRA DA SILVA, portadora do CPF/MF nº 278.635.221-53, em virtude de seu afastamento para usufruto de férias, podendo para tanto, distribuir processos, proferir orientações, tanto expressas quanto verbais, coordenar os servidores lotados em sua estrutura, emitir memorandos, ofícios e despachos de mero expediente necessários ao atendimento das diligências solicitadas internamente e por outros órgão, bem como outras atividades correlatas para o bom andamento dos serviços.

**DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.**

Gabinete do Secretário de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, em Goiânia, aos 17 dias do mês de Abril de 2017.

Vilmar da Silva Rocha  
Secretário de Estado

Protocolo 14239

**Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - SEDUCE**

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICO**

Processo nº: 201600006014207

Data: 05/05/2016

Nome : Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária

Assunto : Convênio

Termo de Cooperação Técnico Pedagógico nº 012/2017 que entre si celebram o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, por meio da Polícia Militar do Estado de Goiás.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo o compartilhamento de gestão do Colégio da Polícia Militar Anápolis I - Dr. Cesar Toledo, na cidade Anápolis, prestando serviços educacionais para atender alunos de variadas faixas etárias e séries, dos Ensinos Fundamental e Médio.

DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA: O CPMG deverá administrar contribuição voluntária, doada pelos responsáveis dos estudantes matriculados, destinada a melhoria do ensino que deverá ser referendada, por meio de ata, pela Associação de Pais, em reunião especialmente convocada para este fim.

A contribuição de que trata essa cláusula é voluntária, não podendo a unidade escolar aplicar sanções ou punições ao aluno pelo inadimplemento.

DA VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da respectiva outorga, podendo ser prorrogado mediante solicitação e interesse comum das partes, por meio de termo de temo aditivo.

DA PUBLICAÇÃO: O presente termo deverá ser publicado em extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás, os termos do artigo 61 da Lei nº8.666/93, correndo as despesas por conta da SEDUCE.

DA DATA DE ASSINATURA: 26/04/2017.

DOS PARTÍCIPES: O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte; a Advocacia Setorial e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, por meio da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Protocolo 14129

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO PEDAGÓGICO**

Processo nº: 201600006014142

Data: 05/05/2016

Nome : Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária

Assunto : Convênio

Termo de Cooperação Técnico Pedagógico nº 019/2017 que entre si celebram o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária, por meio da Polícia Militar do Estado de Goiás.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo o compartilhamento de gestão do Colégio da Polícia Militar Colina Azul, na cidade Aparecida de Goiânia, prestando serviços educacionais para atender alunos de variadas faixas etárias e séries, dos Ensinos Fundamental e Médio.

DA CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA: O CPMG deverá administrar contribuição voluntária, doada pelos responsáveis dos estudantes matriculados, destinada a melhoria do ensino que deverá ser referendada, por meio de ata, pela Associação de Pais, em reunião especialmente convocada para este fim.

A contribuição de que trata essa cláusula é voluntária, não podendo a unidade escolar aplicar sanções ou punições ao aluno pelo inadimplemento.

DA VIGÊNCIA: O presente termo terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados da respectiva outorga, podendo ser prorrogado mediante solicitação e interesse comum das partes, por meio de